

# Aberrações

A PASSAGEM pelo Congresso da Proposta Orçamentária da União (30 volumes, 25.440 páginas, 73 mil emendas) converteu-se em espetáculo de disputa fisiológica. Isso desfigura o que a proposta contém como plano de governo e atenta contra os compromissos de moralização da atividade legislativa.

QUE deveria ser um roteiro de prioridades para o desenvolvimento acaba num labirinto de dotações fragmentárias e desarticuladas, a serviço de interesses políticos paroquiais. Em grande parte, as obras e respectivas verbas acolhidas pela imensa Comissão de Orçamento (130 membros) representam o triunfo das pressões eleitorais (ou da corrupção eleitoral) sobre os critérios supostamente objetivos da administração pública. Somente o tráfico de influência sabe movimentar-se com desenvoltura nesse labirinto.

A CONTECE que o relator da Comissão, Deputado João Alves, está plantado no cargo desde a criação do órgão. Como mostrou reportagem publicada domingo pelo GLOBO, sua base eleitoral, o município baiano de Serra Dourada, transformou-

se nestes 20 anos num símbolo de aberrações orçamentárias e da mais declarada barganha eleitoral.

SERRA Dourada tem apenas 17 mil habitantes, mas nenhum outro município obteve este ano maior soma de recursos federais — Cr\$ 6 bilhões. O próprio João Alves se encarregou de destinar a Serra Dourada a dotação desproporcional. E há anos o Município recebe recursos substanciais da União, sem assumir a responsabilidade de aplicá-los.

O GLOBO foi descobrir em Serra Dourada recibos assinados por vereadores como pagamento pelo apoio à eleição do Deputado João Alves, operação que também envolve o Prefeito e outros políticos locais. São fios de ligação que vão explicando a distinção orçamentária concedida a Serra Dourada. O fisiologismo aberto dá-se ao luxo de passar recibo.

EXEMPLOS como o do município baiano se multiplicam. É todo um contexto de contaminação e vício. As diferenças de dotação orçamentária por município chegam a 1.000% em certos casos. "É preciso justificar tais

fatos à população, que forneceu esses recursos" — protesta o Senador Eduardo Suplicy. "Quais os critérios de relação de custo e benefício de cada projeto relacionado na dotação orçamentária?"

O GOVERNADOR da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, vê o caso de Serra Dourada repetido em outros Estados representados na Comissão de Orçamento. Desta o Orçamento sai praticamente aprovado por um grupo que manipula a proposta do Governo e acerta mutuamente os seus interesses. A matéria depois é votada sem discussão. E ainda existem possibilidades de fraude mesmo depois da aprovação pelo Congresso, com alterações no texto, cuja origem ninguém sabe explicar. "Cabe ao Governo federal" — diz Antônio Carlos — "não pagar qualquer dotação que não seja considerada da maior prioridade. E os líderes no Congresso poderiam assumir uma atitude firme e saneadora em relação ao assunto."

A CREDIBILIDADE do Congresso está em jogo. E continuará ameaçada enquanto não se fizer reforma séria no processo de elaboração do Orçamento.